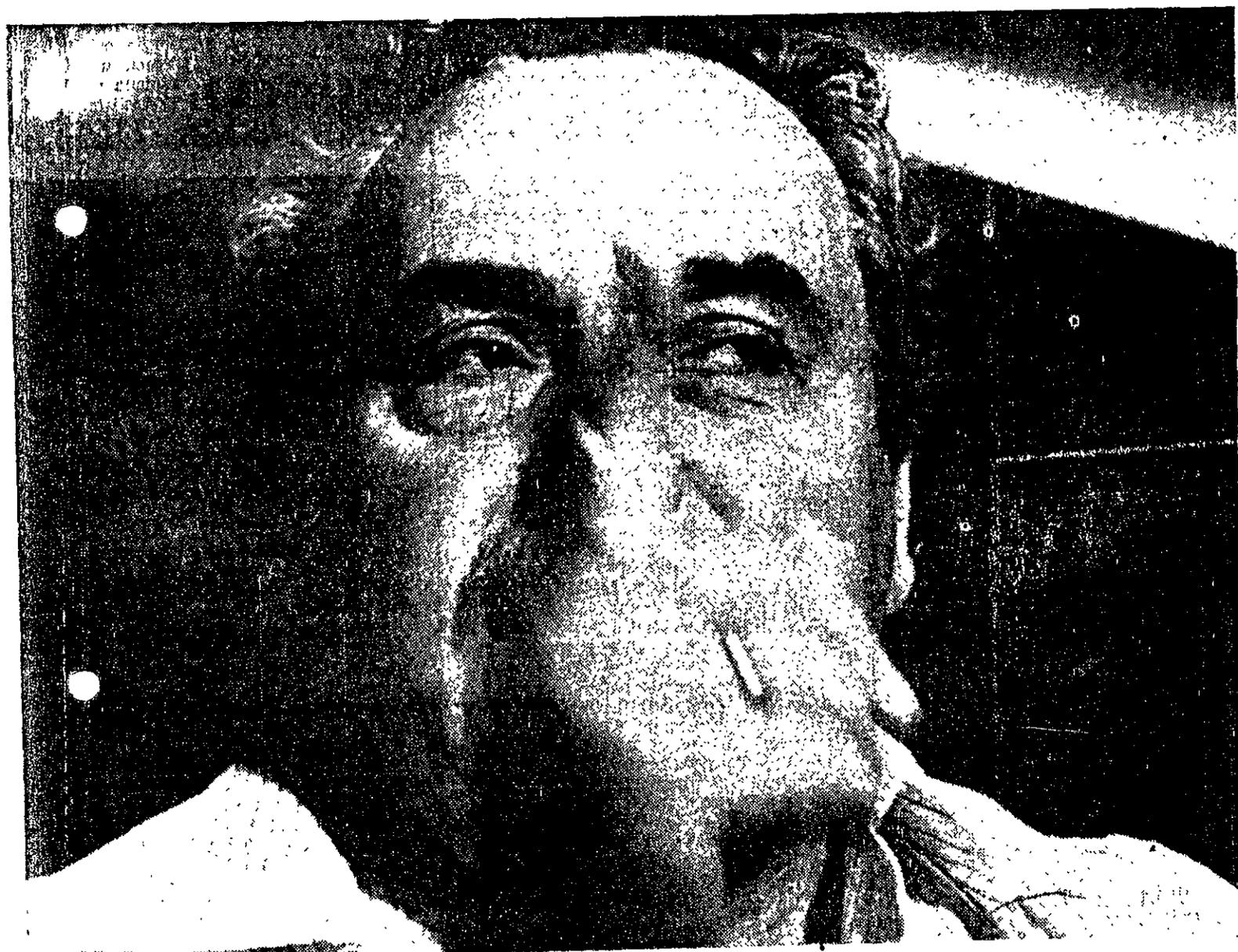


Fonte: J. D.  
Data: 25/11/87

23

QUE PAÍS É ESSE?

# Ministro da Justiça está envolvido com máfia que rouba madeira dos índios



As negociações do poderoso grupo Rossetti com a madeira dos índios tem o dedo de Brossard, o tão folclorizado ministro da Justiça

Não é fato novo a retirada ilegal de madeira dos territórios indígenas da Amazônia, nem a conivência e participação direta da Funai nesse imenso processo de expropriação. Entretanto, a participação do ex-ministro chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Leônidas de Abreu, e do ministro da Justiça, Paulo Brossard, é, no mínimo, surpreendente. Os dois são autores da defesa do grupo Rossetti, do Rio Grande do Sul, flagrado pelo Instituto Bra-

sileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF — roubando três mil metros cúbicos de madeira no Parque Aripuanã (próximo à estrada Vilhena-Juina). A retirada ilegal custaria uma multa superior a Cr\$ 3 milhões ao grupo Rossetti, não fosse o dedo dos homens fortes da Velha e da Nova República. A empresa, embora tivesse perdido uma ação na Justiça Federal em Mato Grosso e uma em Brasília, acabou retirando a madeira. Em contrapartida, a interfe-

rência do IBDF quase custou a queda do delegado estadual Vasco Ribeiro Medeiros. Os dados sobre a retirada da madeira constam de relatório-avaliação do programa Polonoroeste, da antropóloga Betty Mindlin, de São Paulo. Constante ainda, a apreensão de 11 mil metros cúbicos na área indígena Urueuwau-wau (RO), mil metros na reserva Rio Branco (RO) e dois mil metros na área dos Moquéim.

(Página 12)

See  
→

# Brossard ajudou a retirar 3 mil metros cúbicos de madeira indígena

Relatório de avaliação do programa Polonoeste, elaborado pela antropóloga Betty Mindlin, de São Paulo, aponta uma série de irregularidades nas áreas indígenas de Mato Grosso e Rondônia, onde madeireiros meserupulosos e funcionários corruptos da Funai promoveram grande exploração de madeira de lei (mogno e cerejeira). Mas, no ano passado, numa operação exemplar — financiada pelo Polonoeste — a Funai, o IBDF, a Polícia Federal e a Polícia Militar fizeram apreensões de milhares de metros cúbicos de madeira. No Parque Aripuanã, Norte de Mato Grosso, foi apreendida uma quantidade de 3 mil metros cúbicos de madeira do grupo Rosseti, que acabou retirando a madeira graças aos esforços dos escritórios de seus advogados: nada menos que Paulo Brossard e Leitão de Abreu, homens fortes da Velha e da "Nova" República.

A retirada ilegal de madeiras em territórios indígenas não é nenhum fato novo na Amazônia. Acuados pelas frentes de expansão de novas fronteiras, como parte da geopolítica ocupacional dos espaços amazônicos, os índios passam a maior parte de seu tempo preocupados com as invasões e roubo de suas riquezas naturais, razão pela qual sempre estão preparados para um eventual confronto com os brancos ladrões de madeira, com garimpeiros e seringueiros.

Pouco tempo atrás, os índios Salumã, cuja reserva está situada no Noroeste do Estado, surpreenderam três topógrafos fazendo medições em suas terras. Índios ainda de pouco contato com brancos eles não perdoaram a invasão e acabaram matando os topógrafos. Em represália, no início deste ano, o missionário Vicente Cañas, que trabalhava na área, foi covardemente assassinado, um crime que está na lista dos insolúveis em Mato Grosso.

## APREENSÕES E DESPERDÍCIOS

Mas, outras mortes ocorreram em função da madeira. No início deste mês, por exemplo, dois índios cintalarga pegaram carona num caminhão carregado de madeira. No meio da viagem, o veículo tombou e no acidente os índios morreram achatados pelas toras de madeira. Na reserva dos zoró, dos suruí, dos nambiquara, a situação não é muito diferente. Com a cooptação de algumas lideranças para o plano de "limpar" as reservas das madeiras de lei, algumas tribos resolveram por si mesma negociar diretamente com madeireiros. Essas lideranças estão muito bem de si-

tuação, mas suas comunidades sofrem com a falta de remédio, de alimentos e outros bens necessários à sobrevivência dos índios.

Entretanto, a investida dos madeireiros em reservas indígenas encontrou um duro obstáculo no ano passado, pois algumas expedições feitas pela Funai em conjunto com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Polícia Militar e Polícia Federal, resultaram em apreensões de grande quantidade de mogno e cerejeira, as espécies mais nobres de nossas florestas.

"Organizadas com grande esforço da administração da Funai, vencendo obstáculos de relacionamento inter-institucional, pioneiras nesse tipo de ação, e financiadas com fundos do Polonoeste, estas expedições foram bem sucedidas. Foram apreendidos aproximadamente 11 mil metros cúbicos de madeira na área indígena Urueu-wau-wau, (RO), mil metros na reserva Rio Branco (RO) e cerca de 3 mil metros no Parque Aripuanã (próximo à estrada Vilhena-Juína), que estava sendo roubada pelo Grupo Rosseti. Somete-se a esse estoque de madeira a que foi apreendida pela Funai na área indígena dos Mequém em 1985, possivelmente mais de 2 mil metros", relatava perplexa a antropóloga Betty Mindlin, em documento de avaliação do programa Polonoeste.

Como cita Mindlin, na área indígena Urueu-wau-wau, a licitação foi feita depois de grande demora, já que a madeira foi apreendida em 86, foi suspensa pelo presidente da Funai em janeiro de 87, sem qualquer argumento razoável. No Rio Branco, nem sequer se completou a

Reportagem: Lucky de Oliveira — Foto: Otmar Oliveira

licitação e, em fevereiro passado, os índios estavam inquietos e cétricos e pensavam em vender a madeira em troca de uma estrada que seria feita por vizinhos, uma operação absurda, em que estariam perdendo 90 por cento do valor da madeira.

O caso dos Mequém é mais grave ainda, pois desde 85 que fala-se na licitação e boa parte da madeira estragou-se. A empresa invasora, a Laurana, entrou com vários recursos judiciais para reaver a madeira e serraria, perdendo-os todos. Aliás, em janeiro passado, capangas contratados pela Lavramas estiveram na área dos Mequém promovendo tiroteio e intimidando os índios, que estão completamente abandonados à sua sorte. Em 83, como lembra Betty Mindlin, 25 pessoas morreram num surto de sarampo. Como se observa a omissão do órgão tutor e sua extrema burocracia no tratamento das questões indígenas alimentam a desagregação das comunidades e acabam por provar prejuízos irreparáveis para todos os índios.

## COSTAS QUENTES

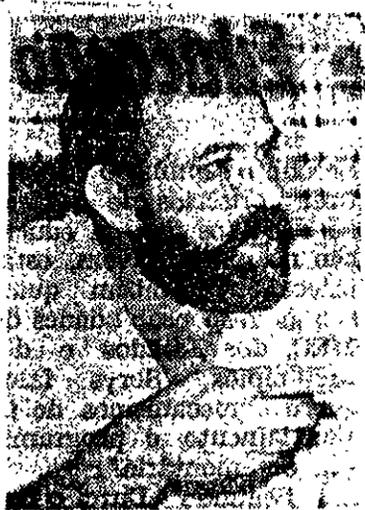
Tanto o presidente da Funai, Romero Jucá Filho, quanto o novo superintendente regional em Cuiabá, Nilson Campos Moreira, que parece ter decorado integralmente o discurso de seu chefe, argumentam que os contratos se fizeram necessários porque os índios já estavam vendendo madeiras em negócios diretos com madeireiros. Decerto, como destacou Mindlin em seu relatório, "estas vendas de madeira pelos índios são feitas com intermediação e estímulo de alguns funcionários. Sozinhos, os índios não teriam a iniciativa de tal tipo de transação, que lhes foi sugerida e impulsionada por não índios. É preciso que isto fique claro, para que os índios não sejam acusados de dilapidar seu patrimônio. São, também,

alguns índios, e de modo nenhum a comunidade, manipulados por pessoas com interesses ulteriores nas vendas".

No Parque Aripuanã ficou comprovada a corrupção de funcionários da Funai. Tanto é que o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Operação Anchieta (Opan) entraram com uma representação contra o presidente da Funai, Romero Jucá, contra o superintendente geral, Marcelo Cufejo e contra o assessor da presidência, Francisco de Assis da Silva, conhecido como "Chicão", e contra Valteir Pereira da Silva, pela prática de atos atentatórios aos direitos da comunidade indígena Cinta Larga. Valteir queria se apropriar de riquezas minerais existentes nas terras habitadas pelos Cinta Larga e o "Chicão", envolvido com transações ilícitas de madeira e ouro no Parque Aripuanã estava induzindo índios a aceitarem negócios vedados por lei.

A antropóloga Betty Mindlin conta também que nesta mesma região a madeireira Varsóvia S.A. Agropecuária Comércio e Importação e Exportação (sua sede é na rua Barão de Itapetininga, 255, 13º cj. 1.306, São Paulo) movimentou-se com total liberdade no período de junho a outubro de 86. A madeira estava representada por Fernando Alves Carvalho e teve o apoio da administração regional da Funai, na pessoa de Wilke Célio Fernandes da Silva. "O sr. Fernando Carvalho, acompanhado de Wilke Célio esteve pelo menos uma vez em avião fretado pela madeireira, no Posto Indígena Tenente Marques, buscando negociar diretamente com os índios Cinta Larga, embora estes não falem o português", diz a antropóloga.

Foi nessa mesma área que o fortíssimo grupo do



Ao agir contra as derrubadas Vasco quase cai.

Rosseti teve três mil metros cúbicos de madeira de lei apreendidos pela polícia. "Os índios tentaram acompanhar a Funai na apreensão da madeira e de tratores, mas a administração negou-lhes autorização para ir junto. Os tratores foram liberados sem que a Funai ouvisse os índios e sem a abertura de um processo judicial de indenização. Não ficou nenhum funcionário da Funai guardando a madeira, e a madeira foi parcialmente retirada".

Mas quem passou maus pedaços nessa história? No Parque Aripuanã foi o delegado estadual do IBDF de Mato Grosso, Vasco Ribeiro Medeiros, que aplicou uma multa na firma do gaúcho superior a Cz\$ 3 milhões. O car-

go do delegado esteve por um fio e ele teve que suportar muita pressão política, pois os advogados de Rosseti — pasmem! — eram Paulo Brosard, atual ministro da Justiça, e o ex-ministro do Gabinete Civil da Presidência da República, Leitão de Abreu. Costas muito quentes para um simples delegado estadual do IBDF que até instruiu o empresário a entrar com uma ação na justiça requerendo o direito da venda da madeira apreendida mediante depósito do valor total em juízo. E foi o que Rosseti fez, após ter perdido uma ação na Justiça Federal em Mato Grosso e até mesmo em Brasília. Mas como a justiça não atinge sujeito rico, o empresário Sadir Rosseti, a estas alturas, deve estar rindo à-toal.

Os gaúchos e paranaenses, notadamente, depois de terem acabado com a cobertura vegetal de seus estados agora dirigem seus tentáculos poderosos para arrancar a floresta amazônica e almentar sua insaciável sede de capital. E vão conseguir, mesmo com a Funai, BDF, Polícia Federal, Polícia Militar, etc., cujas ações são cobradas rotineiramente pelos defensores das minorias. Na hora decisiva, como sempre, a corda arrebenta do lado mais fraco e isso não vai mudar de uma noite para o dia.